



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

Sessão Solene Comemorativa do LI Aniversário do 25 de abril de 1974 e do L Aniversário da eleição da Assembleia Constituinte

REUNIÃO DE 25 DE ABRIL DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)

SUMÁRIO

Às 10 horas e 1 minuto, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, a Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, a Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República, o Chefe do Gabinete Adjunto do Primeiro-Ministro, o Secretário-Geral do Governo,

a Diretora do Gabinete de Comunicação da Assembleia da República e a Chefe da Divisão de Relações Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Presidente da

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em representação do respetivo Presidente, o Presidente do Governo Regional dos Açores, os Conselheiros de Estado, os Chefes dos Estados-Maiores da Força Aérea e do Exército e o Representante do Chefe do Estado-Maior da Armada.

Encontravam-se ainda presentes:

Na Tribuna A, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.^a Carla Montenegro, o antigo Presidente da República António Ramalho Eanes e mulher, Dr.^a Manuela Eanes, e o antigo Presidente da Assembleia da República Mota Amaral;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente da Associação Nacional de Freguesias, juízes conselheiros do Tribunal Constitucional, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, membros da Comissão da Liberdade Religiosa, membros da Associação de ex-Deputados da Assembleia da República, um ex-Conselheiro da Revolução, membros da Direção da Associação 25 de Abril e antigos Deputados da Assembleia Constituinte;

Na Galeria III, Secretários de Estado, os Eurodeputados Sebastião Bugalho, Bruno Gonçalves, Ana Catarina Mendes, João Oliveira e Lídia Pereira, o Presidente do Conselho Nacional da Juventude, os Presidentes da Comissão Nacional de Eleições, da Comissão Nacional da Proteção de Dados, do Conselho de Julgados de Paz, do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, do Mecanismo Nacional da Implementação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, o Chefe do Estado Maior Conjunto, o 2.º Comandante Operacional das Forças Armadas, o

Comandante das Forças Terrestres, o Comandante Aéreo, representantes do Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal, os Secretários-Gerais da CGTP-IN e da UGT, a Comissária Executiva da Comissão Comemorativa 50 anos do 25 de Abril, adjuntos do Presidente da Assembleia da República, membros de mesas de voto nas eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de abril de 1975, membros da Comissão da Liberdade Religiosa e familiares de Constituintes já falecidos;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, os assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete dos Grupos Parlamentares.

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, o grupo coral juvenil do Instituto Gregoriano de Lisboa interpretou o Hino Nacional, que foi igualmente cantado, de pé, pelos presentes.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 610/XVI/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por 1 Deputada do PS) — De pesar pela morte do Papa Francisco, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Nuno Santos](#) (PS) e [Teresa Morais](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).

A sessão foi encerrada eram 12 horas, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

Após ter sido constituída a Mesa, um coro de alunos da Escola Artística do Instituto Gregoriano de Lisboa, colocado na Tribuna do Corpo Diplomático, interpretou o hino nacional, que foi escutado, de pé, pelos presentes, e aplaudido.

O Sr. **Presidente**: — Declaro aberta a Sessão Solene Comemorativa do LI Aniversário do 25 de Abril de 1974 e do L Aniversário da eleição da Assembleia Constituinte.

Eram 10 horas e 1 minuto.

Hoje, excecionalmente, temos um primeiro ponto referente ao Voto de Pesar n.º 610/XVI/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por 1 Deputada do PS) — Pela morte do Papa Francisco, que passo a ler:

«No passado dia 21 de abril, o Papa Francisco partiu, aos 88 anos, após meses de sofrida doença respiratória e cardíaca.

Natural de Buenos Aires, onde foi sacerdote jesuíta e bispo, foi eleito Papa a 13 de março de 2013. Os seus 12 anos de pontificado representaram, para a Igreja e para o mundo, um decisivo apelo à fraternidade, à misericórdia e à paz.

As encíclicas sociais e ecológicas que escreveu colocaram no centro do debate público mundial conceitos como a “amizade social”, a “fraternidade universal” e a “ecologia integral”. Convidou-nos a uma reflexão crítica sobre a tecnologia, a relação com o mundo criado, a anomia social e o sistema económico.

Valorizou as culturas vernáculas, em face da força uniformizadora da globalização. Promoveu importantes projetos, como o Encontro Mundial dos Movimentos Populares, as *Scholas Occurrentes* e a Economia de Francisco (inspirada em São Francisco de Assis), através dos quais procurou convidar a que se desbravassem novos caminhos de convivência humana.

Apoiou, com palavras e gestos, os mais pobres de entre os pobres. Visitou prisões e hospitais, campos de refugiados e bairros degradados. Em 2015, proclamou o Jubileu Extraordinário da Misericórdia, não a partir de Roma, mas de Bangui, na República Centro-Africana. Quatro anos depois, beijou os pés dos líderes de três grupos armados do Sudão do Sul, num gesto profético de defesa da paz.

Realizou 47 visitas apostólicas, a 67 países. Esteve em Ur, terra natal do patriarca Abraão, de onde lançou um poderoso apelo ao diálogo com judeus e muçulmanos. Assinou, com o Grande Imã de Al-Azhar, um relevante documento inter-religioso sobre a fraternidade humana. Visitou todos os continentes habitados, dando preferência às periferias e alargando o alcance da voz da Igreja.

Repetia com frequência que “não vivemos uma época de mudanças, mas uma mudança de época” e alertava para a consumação de “uma guerra mundial em pedaços”. Defendeu com coragem a dignidade de toda a vida humana, tendo sido responsável por uma revisão do Catecismo da Igreja Católica que condenou a pena de morte em todas as circunstâncias. Sustentava também que a política, “quando vivida como serviço, é a mais alta forma de caridade”.

Todos recordamos o modo como atravessou, com solitária decisão, uma Praça de São Pedro vazia, para declarar, no ponto mais dramático da pandemia de covid-19, que “ninguém se salva sozinho”.

Era, além de tudo o mais, um bom amigo de Portugal. Criou quatro cardeais portugueses — um número histórico — e visitou por duas vezes o nosso País: em 2017, para o centenário das Aparições de Fátima e a canonização dos Pastorinhos Francisco e Jacinta Marto, e em 2023, para a Jornada Mundial da Juventude.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta profundo pesar pela morte do Papa Francisco. Aos católicos, que choram a partida do seu pastor universal, endereça votos de sentidas condolências. A todas as pessoas que, independentemente da sua fé, nele encontraram uma referência espiritual e moral, dirige uma palavra de solidariedade.

O legado do Papa Francisco — como pastor e líder religioso, mas também como estadista e responsável político — continuará revestido de significado e atualidade, particularmente no contexto que o mundo atravessa.»

Srs. Deputados, vamos votar o voto que acaba de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Vamos, agora, entrar no ponto dois da nossa ordem do dia, com as intervenções.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Ilustres Entidades, Altas Autoridades, Distintos Convidados, antigos Presidentes da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao celebrarmos hoje o 25 de Abril, é incontornável lembrarmos referências que construíram e mudaram o rumo da história, seja em Portugal, com Maria Teresa Horta ou o Capitão de Abril, Coronel Matos Gomes, seja a nível global, com Sua Santidade, o Papa Francisco. E maior justiça não lhes podemos deixar de fazer ao celebrar aqui, no Parlamento, e nas ruas, sobretudo quando continuamos a enfrentar, global e nacionalmente, desafios democráticos, humanitários e até climáticos.

É por isso urgente celebrar Abril e é urgente a esperança na democracia. Há precisamente 50 anos, o projeto democrático português cimentou-se com as primeiras eleições livres. Neste ano em que somos chamados novamente às urnas, sabemos que os portugueses estão cansados da instabilidade política que tem sido vivida e que tem deixado as suas vidas em suspenso. Mas não podemos permitir que desapareça da memória coletiva um tempo, não assim tão distante, em que vivemos em ditadura e os retrocessos que isso representou e que pode representar para a vida das pessoas. Saibamos, pelo menos aqueles que acreditamos no Estado de direito, renovar, por isso, no espírito das pessoas, a esperança na democracia.

Mas Abril é também esperança na paz. Se lá fora a Ucrânia continua a lutar contra a invasão russa e pela liberdade, na Palestina continuam a resistir, apesar dos constantes massacres humanitários que continuam a sofrer diariamente. Temos também uma guerra comercial, começada por um presidente dos Estados Unidos que tem mais apreço a ditaduras do que a regimes democráticos.

Em Portugal temos também uma guerra silenciosa que não dá tréguas.

Senhoras e Senhores, em 2024 foram mais de 30 000 as queixas por violência doméstica. Os crimes de violação aumentaram em 10 % e os crimes sexuais contra crianças, nos últimos três anos, 46 %. Mais do que números, são casos reais. São mulheres, crianças e jovens a quem faltou a liberdade, a quem falharam os valores de Abril, a segurança e a igualdade que Abril lhes prometeu. E esta, sim, é a verdadeira insegurança nacional que é urgente combater.

Assim como também não podemos fechar os olhos à pobreza que afeta, em particular, mães com crianças, idosos remediados e remetidos ao esquecimento e abandono, que tantas vezes têm apenas por companhia os seus animais.

E 51 anos após a Revolução dos Cravos é urgente fazer com que a sua promessa — a promessa de Abril, de liberdade e de justiça social — chegue a todas as pessoas, todas sem qualquer exceção, independentemente do seu género, da sua orientação sexual, da cor da pele ou da sua situação económica, porque Abril é também fraternidade.

Quando enfrentamos uma crise climática sem precedentes e também a impunidade da crueldade contra outros seres como os animais, não posso deixar de recordar a mensagem poderosa do Papa Francisco na sua encíclica *Laudato Si'*, uma chamada à ação para proteger a nossa casa comum, um apelo para sermos responsáveis não apenas uns pelos outros — todos, todos, todos, sem exceção —, mas também pelo planeta que habitamos e pelos animais.

Gostaria, por isso, de terminar evocando as suas palavras. O Papa Francisco recordou que quando o coração está verdadeiramente aberto à comunhão universal, nada e ninguém fica excluído desta fraternidade, portanto, é verdade também que a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam, de alguma forma, por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos.

Sr.^{as} e Srs. Convidados, que mais se não Abril pode ser esta mesma fraternidade; esta fraternidade de esperança e de respeito por todas e todos, pelas pessoas e pelos animais e, sobretudo, pela nossa casa comum.

Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade!

Aplausos do PS, do BE e do L e de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção em nome do CDS-PP, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelentíssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Começo por evocar o Papa Francisco, atentas as circunstâncias que vivemos. Um homem que cativou crentes e não crentes, pela simplicidade, fé, entrega e humanismo. Um peregrino da esperança. Um pastor humilde e corajoso. Uma testemunha incansável da misericórdia, que conduziu a Igreja com sabedoria, com paixão e espírito missionário, especialmente presente nos pobres, nos doentes e em todos os que sofrem. Um Papa que denunciou a cultura do descarte e celebrou, com o seu próprio exemplo, uma cultura de e pela vida. O Papa Francisco foi um peregrino do bem e um digno sucessor de Pedro. Por isso, a minha primeira palavra é de reconhecimento e de agradecimento pela vida e pelo testemunho luminoso do Papa Francisco.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e de Deputados do CH e da IL.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste 25 de Abril de 2025, não celebramos apenas a queda de um regime autoritário sem soluções internas ou externas. Lembramos outra data importantíssima: os 50 anos das primeiras eleições livres e democráticas em Portugal.

Recordamos o entusiasmo sem par dos portugueses: 92 % foram às urnas, decidindo voto a voto o destino da sua Nação pela primeira vez. 25 de Abril de 1975, o dia em que se conferiu a vontade popular e para sempre ficou à vista que o povo português queria uma democracia europeia e ocidental e não queria uma tutela político-militar no regime democrático.

É bom lembrar que houve quem não quisesse que as eleições se realizassem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Houve quem apelasse à abstenção e quem impedisse partidos políticos de concorrerem. E os mais radicais do 11 de março diziam, e cito: «As conquistas da revolução não podem ser postas em causa pela via eleitoral.» Para uma minoria era um voto condicionado, mas para a larga maioria era, e só podia ser, um voto inteiramente livre.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há 50 anos, o povo português assumiu definitivamente o seu estatuto soberano e derrotou todos aqueles que se tentavam apropriar da revolução e que se diziam donos e senhores da vontade popular.

No dia 25 de abril de 1975, o povo português confirmou que tinha maturidade política, ao contrário do que pensava o antigo regime, e sublinhou que pensava e votava livremente, ao contrário do que pretendia a ala radical do MFA (Movimento das Forças Armadas) e a extrema-esquerda.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o CDS esteve em risco de não concorrer às eleições da Assembleia Constituinte.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Agora está igual!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Lembro, por isso, os 16 Deputados democrata-cristãos que foram eleitos apesar da violência, apesar das ameaças e apesar dos cercos. Mas como disse na altura Adelino Amaro da Costa, não se pode construir uma democracia em Portugal sem o CDS.

O testemunho dos Deputados do CDS foi essencial para marcar a diferença e afirmar o personalismo nos debates da Constituinte. O nosso voto contra uma Constituição muito marcada pela visão socialista e até marxista das políticas económicas e sociais e pela tutela do Conselho da Revolução estava certo e muitos o reconheceram depois.

A Constituição foi sendo revista, adaptada e alterada. E de cada vez que foi revista, melhorou. Quer dizer que o CDS viu mais longe e antecipou a história nesse corajoso voto fundador. Como afirmou Victor Sá Machado na declaração de voto: «Votámos contra um documento paternalista que amarrava o texto constitucional ao socialismo.» E por isso, o voto contra do CDS foi um verdadeiro hino à liberdade e à democracia pluralista em Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o povo votou como quis em 25 de abril, mas ainda faltava o denominado «Verão Quente de 75», uma tentativa de sequestrar a liberdade política e a liberdade económica em Portugal.

Por isso, celebramos igualmente, este ano, os 50 anos do 25 de Novembro.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Como o CDS sempre insistiu, os dois «25» são continuação um do outro: em abril ganhámos a liberdade, em novembro evitámos perdê-la.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por iniciativa do CDS, esta Casa, a Casa da democracia, celebra anualmente a vitória da liberdade e da democracia pluralista sobre os extremismos nas urnas e nos quartéis.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em menos de um mês, Portugal voltará às urnas. Como são as terceiras eleições em quatro anos, há quem tema um regresso à instabilidade crónica da 1.^a República. E por isso, a AD (Aliança Democrática) — coligação PSD-CDS — pede aos portugueses para não deixarem a estabilidade nas mãos das oposições que se entendem para destruir, mas não para construir.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

Em 11 meses, houve um Governo AD que aumentou salários, melhorou pensões, reduziu impostos, trabalhou pela paz social, decidiu obras importantes, garantiu crescimento bem acima da média europeia. E tudo isto com excedente orçamental e com a dívida pública a descer. É isto que anima a classe média portuguesa a reforçar a sua votação na AD nas próximas eleições. E é isto que preocupa e assusta as oposições:...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

... um centro-direita que é moderado na política, bem-sucedido na economia, justo no social, regulador na imigração e certo — certinho! — nas contas públicas. É isto que assusta e preocupa as oposições.

E quero lembrar-vos, Srs. Deputados, que desde 1979, a fórmula AD — iniciada por Sá Carneiro e Pinto Balsemão, Freitas do Amaral e Amaro da Costa e Gonçalo Ribeiro Teles — nunca perdeu eleições legislativas. Ficou sempre em primeiro lugar. É a preferência do País. E voltará a sê-lo, porque todas as supostas alternativas implicam ou implicariam riscos severos de extremismos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Onde é que está o PPM (Partido Popular Monárquico)?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o 25 de Abril abriu a democracia pluralista em Portugal. A 18 de maio, os portugueses vão escolher entre avançar ou retroceder. Estamos confiantes — avançaremos!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Vozes do CH: — Avante, camarada!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção em nome do Livre, vai usar da palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente Ramalho Eanes, Dr.^a Manuela Eanes, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Estimados Capitães de Abril — e aproveito para fazer uma homenagem a Carlos Matos Gomes, Manuel Barbosa Pereira e Carlos Contreiras, que nos deixaram este ano —, ...

Aplausos do L, do PS, do BE, do PCP e do PAN e de Deputados do PSD e da IL.

... Estimadas Convidadas e Convidados, Caras e Caros Jornalistas, Caras e Caros Concidãos: Há casos que fazem história. Alguém consegue imaginar o nosso 25 de Abril sem cravos? É que os cravos foram um acaso. A data foi planeada, os percursos foram planeados, as senhas foram planeadas, as músicas foram planeadas, mas os cravos não foram planeados.

Se o dono do restaurante onde Celeste Caeiro trabalhava não tivesse escolhido cravos vermelhos para enfeitar o restaurante no seu primeiro aniversário; se não tivesse decidido não abrir o restaurante, porque estava aí uma revolução; se Celeste Caeiro não tivesse ido buscar os cravos para não se estragarem; se não tivesse dado um cravo, do molho que levava, ao soldado que lhe pediu um cigarro; se o soldado não tivesse posto o cravo no cano da espingarda, a nossa Revolução de Abril não seria a Revolução dos Cravos. Celeste Caeiro, por um acaso, transformou a nossa revolução mais bela na Revolução dos Cravos e tornou esta flor no símbolo da liberdade.

Aplausos do L, do PS, do BE e do PCP.

Foi um acaso, mas não foi uma coincidência. E não foi uma coincidência porque Celeste Caeiro tinha noção do momento que se estava a viver. Noção do que Portugal era e do que tinha sofrido durante aqueles 48 anos de ditadura. Noção do que aquela manhã de 25 de abril representava para o País. E Celeste Caeiro não estava sozinha no perceber a importância daquela manhã.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Os milhares de pessoas que se juntaram aos militares, e, contra todas as indicações, encheram as ruas de Lisboa, também perceberam que viviam um momento extraordinário que alteraria o País para sempre e por isso estavam lá, também a fazer aquele momento.

E passado um ano, a noção do extraordinário continuava. Nas primeiras eleições livres em Portugal, faz hoje exatamente 50 anos, as filas para votar eram imensas, com mais de 92 % de afluência às mesas de voto — as eleições para a Assembleia Constituinte que nos deu a nossa Constituição. As primeiras eleições onde o voto das mulheres foi finalmente assegurado em toda a sua plenitude, em verdadeira igualdade, onde todas as mulheres puderam votar «sem mas nem meio mas», fossem patroas ou criadas, fossem solteiras ou casadas, soubessem ou não ler.

E é destas ações, planeadas ou por acaso, individuais e coletivas, que a história se vai fazendo. E nós estamos agora a fazer a nossa história e a construir a história do nosso futuro. Nesta altura em que tanto à nossa volta parece tão ameaçador, é mesmo importante termos noção do momento que estamos a viver. É que o momento não parece apenas ameaçador, o momento é mesmo ameaçador. E como disse o Papa Francisco, estamos a viver não simplesmente uma época de mudanças, mas uma mudança de época. E a história mostra-nos como é tão fácil sermos apanhados de surpresa pelas mudanças, como é fácil cair em ditadura, como é fácil quem quer usar o poder para si tomar conta do poder, como é fácil mesmo quando os sinais estão todos lá. Foi o que aconteceu há 100 anos — e que nos levou a 48 anos de ditadura em Portugal e a um dos períodos mais terríveis da história europeia — e é o que está a acontecer agora.

Os sinais estão todos aí, dentro e fora de Portugal: o discurso de ódio que desumaniza o outro e que nos quer pôr uns contra os outros; o atacar das instituições democráticas; o descrédito da política; o ataque à imprensa e aos jornalistas; a falta de palavra e de ética; o descrédito da ciência e do conhecimento; o desejo expresso de expandir fronteiras, que devemos levar muito a sério; a promiscuidade entre poder político e homens com fortunas maiores do que muitos países.

Os nossos anos passados não eram diferentes de nós, mas nós temos a vantagem de termos mais de 100 anos de história para dela aprendermos e para estarmos à altura do nosso momento, que é o agora. Isso passa por não aceitarmos as injustiças ao nosso lado, por olharmos para as pessoas à nossa volta com empatia, por não aceitarmos a mentira, a chantagem, o corromper das instituições.

Aplausos do L, do PS, do BE e do PCP.

Mas passa por mais. Passa por mais, porque este não é apenas um momento de nos defendermos das ameaças à nossa volta, é também um momento em que definimos a nossa história. E a nossa história pode ser boa se todas e todos estivermos à altura do nosso momento, com as nossas ações, com as nossas palavras, com o nosso trabalho, com a nossa imaginação, com o nosso voto.

A energia do pós-25 de Abril, que nos deu o nosso SNS (Serviço Nacional de Saúde), a nossa Constituição, a nossa escola pública, que resgatou Portugal de décadas de atraso, é a energia que precisamos para trabalhar pelo País que sabemos ser possível, na Europa que sabemos ser possível, no mundo que sabemos ser possível.

Um Portugal mais livre, onde as oportunidades e os sonhos não dependam do lugar onde se nasce ou da família em que se nasce, onde o conhecimento ande de mãos dadas com a cultura, com a experiência, um Portugal onde seja bom viver.

Este é o momento para fazermos história, a nossa história, contigo, comigo, connosco. E não é preciso ser tão destemido como Salgueiro Maia, como os nossos Capitães de Abril, não é preciso ser tão criativo como Zeca Afonso ou Maria Teresa Horta. Mas podemos fazer um gesto tão simples como o gesto de Celeste Caeiro, e que mudou tudo, ou um gesto tão simples como o de milhões de pessoas que há 50 anos saíram de casa para votar. O voto que é tão fácil de fazer, mas que tanto custou a ganhar. O voto que ainda não nos tiraram e, no que depende de nós, nunca tirarão.

Votem como se a nossa vida e a nossa liberdade dependessem disso, porque, na verdade, dependem.

Hoje, vamos ser muitos, muitos milhares na Avenida da Liberdade e nas ruas de todo o País, de cravos na mão, de cravos na lapela, de cravos nos cabelos, os cravos que Celeste Caeiro nos deu. Seremos muitos, muitos milhares a celebrar Celeste Caeiro e todas as pessoas que, de uma forma planeada ou por acaso, fizeram Abril.

A celebração do 25 de Abril não se cancela, não se adia.

Aplausos do L, do PS, do BE, do PCP e do PAN.

A liberdade não se festeja com reservas, muito pelo contrário: a liberdade festeja-se de forma plena, juntos e juntas. E seremos muitos, muitos milhares, porque nós sabemos a importância do momento que vivemos e queremos fazer história em conjunto.

E, por isso, viva a liberdade sem reservas, viva Portugal livre, viva o 25 de Abril!

Aplausos do L (de pé), do PS, do BE, do PCP e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, tem a palavra.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Neste dia em que a festa nacional pela democracia coincide com o luto nacional pelo falecimento do Papa Francisco, queremos expressar, em nome do PCP, o nosso pesar e as nossas condolências a todos os católicos e à sua Igreja e assinalar o nosso apreço e profundo respeito pela ação do Papa Francisco a favor do diálogo e contra a intolerância e de grande proximidade às causas da paz e de defesa dos direitos económicos e sociais dos excluídos desta sociedade submetida a interesses financeiros.

Há 51 anos, os militares de Abril, culminando a longa resistência do povo português, libertaram Portugal de uma ditadura terrorista de 48 anos que, baseada na corrupção, na supressão das liberdades e num odioso aparelho repressivo ao serviço de uma oligarquia monopolista, condenou o País à miséria e ao obscurantismo e sacrificou toda uma geração de jovens portugueses numa guerra sem fim à vista.

E há precisamente 50 anos, no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas, 91,6 % dos portugueses maiores de 18 anos votaram pela primeira vez em liberdade. Homens e mulheres, sem discriminações, acorreram em massa para eleger a Assembleia Constituinte, cujos membros souberam desempenhar, com sabedoria e em consonância com os sentimentos profundos do povo que os elegeram, a honrosa tarefa de elaborar a primeira Constituição verdadeiramente democrática da nossa história e que temos o dever irrenunciável de defender e de fazer cumprir.

Aplausos do PCP, do BE, do L e de Deputados do PS.

A maioria dos que então votaram já não estão entre nós, mas deixaram para a história um testemunho de empenhamento cívico, de alegria com o exercício das liberdades, de esperança na construção de uma vida melhor, que, 50 anos passados, temos o dever de transportar no presente e para o futuro e de lutar para que essa esperança não seja traída.

Neste dia em que celebramos a liberdade e a democracia, é dia de homenagear os militares de Abril e os Deputados Constituintes, sem nunca esquecer os resistentes antifascistas que, enfrentando a repressão, a prisão, a tortura e sacrificando até a própria vida, se dispuseram a sofrer tudo para que todos nós, conquistada a liberdade por que lutaram, pudéssemos lutar pelas nossas convicções sem ter de passar pelas provações que eles passaram.

Aplausos do PCP, do BE, do L e de Deputados do PS.

Para muitos portugueses, o momento que vivemos pode ser de desencanto, de decepção e de descrença — desencanto com o incumprimento de promessas feitas e com o defraudar de expectativas criadas; decepção com uma ação governativa distante das promessas feitas e insensível às reais preocupações das pessoas; descrença em relação a uma prática política que não contribui para a resolução dos problemas do povo e do País.

A democracia está hoje sob a ameaça dos que a tentam denegrir e destruir as suas conquistas. Mas a luta de muitas décadas do povo português pela liberdade e a democracia, as transformações progressistas conquistadas na Revolução de Abril, a capacidade de luta já demonstrada em numerosas situações pelos trabalhadores e pelas populações em defesa dos seus direitos e a vitalidade com que a afirmação dos valores de Abril se encontra presente nas novas gerações são razões de confiança em que a democracia portuguesa tem força suficiente para derrotar os seus inimigos. Razões de confiança que hoje, como ontem, evidenciam que está nas mãos do povo e na sua ação a realização dessa vida melhor que Abril iniciou.

Nos antípodas de uma direita retrógrada, obscurantista e profundamente reacionária existem capacidades e a coragem necessária para afirmar os valores da democracia e para que o justo descontentamento social se assuma como uma força de luta por transformações sociais de sentido progressista.

A alternativa terá de ser construída por aqueles que, com coragem e coerência, lutam por uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores, que respeite os direitos económicos, sociais e culturais do nosso povo, que lute pela paz e pela independência nacional.

A democracia defende-se e afirma-se nas lutas dos trabalhadores, que nas empresas e locais de trabalho lutam por melhores salários e por condições de trabalho mais dignas; nas lutas das populações por melhores condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde; nas lutas dos reformados por melhores condições de vida; nas manifestações pelo direito à habitação; nas lutas dos estudantes contra as propinas e pelo acesso à educação e ao ensino; nas lutas pelo direito à criação e fruição cultural; nas lutas das mulheres pela igualdade; nas lutas contra o racismo e a xenofobia e contra todas as discriminações e formas de violência; na resistência a uma extrema-direita arrogante e obscurantista que, dizendo-se contra o sistema, representa o pior do sistema;...

Aplausos do PCP, do BE, do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

... nas grandiosas comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio; na resistência a uma eurocracia oligárquica e cada vez mais afastada dos povos; nas manifestações pela paz, contra todas as guerras e contra a normalização do extermínio do povo palestino às mãos do sionismo;...

Aplausos do PCP, do BE, do L, do PAN e de Deputados do PS.

... e nas eleições, transformando as lutas em votos e dando mais força aos que nesta Assembleia da República, nos versos do poeta comunista e Deputado Constituinte Manuel Gusmão, representam «a esperança que não fica à espera» e têm a coragem de nunca desistir de transformar em certezas as melhores esperanças de Abril.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do PS, do BE, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Capitães de Abril e restantes Convidados: Na vila de onde eu venho há uma feira anual com 445 anos de história.

Em criança, lembro-me que esperávamos ansiosos pelos primeiros camiões que traziam os carrosséis e, a partir daí, as estacas e as bancas iam-se estendendo pelas ruas: os cestos ficavam em frente ao castelo, os frutos secos na rua da escola, as roupas iam até à fábrica das peles e, no centro de tudo, o largo da feira, que sempre conheci com o mesmo nome — Largo General Humberto Delgado.

Naquele largo, corri entre crianças desassombradas que nunca tiveram de fugir ou aprender a medir as palavras. Com o tempo, percebi que no Alentejo basta olhar para trás do ombro para ver as marcas da miséria e da violência, que não estão assim tão distantes.

Na casa onde cresci vivia um homem que não era alentejano, mas cujas histórias de pobreza, trabalho e resistência ouvi como testemunhos de uma outra vida. O 25 de Abril foi o dia mais feliz da sua vida e, agora que penso nisso, o dia mais feliz para toda a gente que entrava em nossa casa em Alvito.

Hoje, dia 25 de Abril, celebramos os 51 anos da Revolução, porque a democracia tem de saber o dia em que nasceu.

O Governo entender que esta celebração pode ser adiada é só a triste confirmação de que nem o dia mais feliz consegue iluminar todo o futuro de um povo.

Aplausos do BE, do PCP, do L, do PAN e de Deputados do PS.

Durante meio século, a Revolução de Abril estancou a peste do racismo e do autoritarismo e, por isso, aos Capitães de Abril e a todos os que lutaram quero dizer obrigada. Cumpriram a vossa missão, agora é a nossa vez. Este é o tempo que nos calhou viver.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

Eu espero.

Depois de quebrar promessas e devastar o legado de gerações, o capitalismo saiu da crise mostrando o que vale, rindo-se das desigualdades e dividindo os povos.

Essa política gerou os seus políticos: Donald Trump, Javier Milei, Giorgia Meloni, Viktor Órban. Eles levantam a motosserra para dizer quem está primeiro e quem fica para trás, decidem as palavras que se gritam e as que são apagadas e escolhem que mortes são legítimas.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Vocês não apagaram nada!...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Os novos devotos dessa política são os seus maiores fanáticos, a começar pelos donos das máquinas de consenso que dominam as redes de comunicação social, os algoritmos que pervertem interações, manipulam comportamentos e viciam a informação.

Protestos de Deputados do CH.

Uma oligarquia planetária que impõe uma concentração de riqueza nunca vista pela humanidade, enquanto faz submergir no desespero áreas cada vez mais vastas da Terra.

Protestos do CH.

Os descartáveis contam-se aos milhões.

Há um ano, foi aqui denunciado o genocídio iniciado por Israel na Palestina. Desde esse dia, o Estado de Israel matou mais 17 000 pessoas na Faixa de Gaza, em grande parte crianças.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — E não eram do partido!...

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Coitadinha! Chora!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A indiferença da Europa perante o crime a que assiste em direto prova que a política dos novos fascismos faz caminho.

Quando olhamos para gente como nós e não nos reconhecemos, não foram eles que perderam a humanidade, fomos nós. E é por isso que Gaza é a fronteira da humanidade.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, do L e do PAN.

Os descartados estão sob os escombros de Gaza e de Odessa, em campos de concentração para migrantes nas fronteiras da Europa, na pobreza extrema de África, nos guetos sociais.

E, quando nos falamos das maravilhas da inovação industrial proporcionada pela corrida aos armamentos e nas vantagens de poupar em cuidados de saúde e na transição climática para investirmos mais em mísseis, começamos a perceber que qualquer um de nós, ou dos nossos filhos, pode tornar-se descartável.

Sr. Primeiro-Ministro, de que serve adiar as comemorações do 25 de Abril se as palavras de Francisco são tão cinicamente ignoradas? As últimas que disse, denunciando o delírio da guerra, e especialmente as pronunciadas em Lisboa — «todos, todos, todos». Incluindo os sobreviventes na Palestina, as pessoas ciganas, as mulheres, os migrantes.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o 25 de Abril cumpriu-se com o fim da censura e com as eleições livres, as primeiras em que as mulheres votaram em igualdade. Mas a força da derrota da ditadura perdurou porque foi inscrita num texto que até hoje é rejeitado pelos herdeiros de Salazar, a Constituição. Ela não foi só uma carta de liberdades — e foi! —, ela traduziu uma ideia de país que se realizava já pelas mãos do povo.

O 25 de Abril de 1974, a libertação, e o 25 de Abril de 1975, as eleições, são a democracia e o voto livre, mas são também uma ideia de país. Um povo que jurou nunca mais ter de medir as palavras que não sabia sequer escrever e que decidiu que a escola, a saúde e a casa eram para «todos, todos, todos».

Aplausos do BE, do PS e do L.

E o 25 de Abril também é uma ideia de mundo, também é como olhamos o mundo a partir de Portugal.

Vamos comemorar este ano os 50 anos das independências africanas. Há 50 anos, as feridas da guerra colonial estavam bem abertas, depois da barbárie do racismo feito extermínio e do regresso traumatizado de milhares de portugueses.

E foi nesse momento difícil que Portugal soube constituir-se como país da paz, que não ameaça ninguém nem é ameaçado por ninguém, de respeito pelo direito dos povos à autodeterminação e de desejo de cooperação sem blocos militares.

Hoje, é esse 25 de Abril que fala contigo, com confiança e sem rancor, a ti que crescestes em liberdade e não vês que mais tem para te dar a democracia.

Esse 25 de Abril ainda está aqui. Perante o sequestro do mundo pelos novos militarismos, pelos impérios assanhados em guerras comerciais e pela disputa de áreas de influência, declaramo-nos herdeiros dessa vontade de Portugal no mundo, desse testemunho atual.

É esse 25 de Abril que te fala a ti, a quem pediram que aguentasses a troica, a pandemia e a inflação e agora tens 30 ou 40 anos e contas trocos para pagar a casa.

É esse 25 de Abril que te fala a ti, que não poupaste uma hora de descanso para que os teus filhos pudessem estudar, e tudo o que ficou é o orgulho de teres conseguido. Muito mérito, mas muito pouco dinheiro.

É esse 25 de Abril que te fala a ti, que fizeste tudo certo para no fim sair tudo errado, e a ti, que só conhecestes a sorte de um jogo viciado.

A imaginação de um Portugal justo e solidário, esse 25 de Abril ainda está aqui.

Admiro os jovens que hoje olham apreensivamente as ameaças do novo fascismo. Ao contrário de mim quando tinha a tua idade e aprendia a ser gente no Largo General Humberto Delgado, tu hoje sabes perfeitamente que a democracia não está vacinada contra o mal do nosso tempo.

Vês o discurso de ódio a entrar pelos pátios da escola, pela rua, pelo telemóvel e, apesar dessa ameaça e dessa apreensão, trazes a liberdade na mão.

Este é o tempo que nos calhou viver e, para o enfrentar, temos connosco o segredo que Celeste Caeiro um dia contou a Portugal: num cravo cabe outro mundo.

Viva a Revolução! Viva o 25 de Abril!

Aplausos do BE, do PS, do PCP e do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Hoje sem gaivotas!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, demais Membros do Governo, Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Celebram-se hoje 50 anos sobre o dia em que se realizaram em Portugal as primeiras eleições livres após a queda da ditadura. Este 25 de Abril é, por isso, um dia que merece dupla celebração.

Foi naquele 25 de Abril de 1975 que os portugueses disseram, pela primeira vez e sem margem para dúvidas, que não queriam viver sob regimes autoritários.

Estávamos em pleno PREC (Processo Revolucionário em Curso), poucos dias depois das catastróficas nacionalizações, cujas trágicas consequências se fariam sentir durante muitos anos.

Hoje, temos liberdade política, de expressão, de imprensa, religiosa. Avançámos muito nestes 50 anos. Mas também é verdade que ainda temos um longo caminho a percorrer.

Na saúde, há portugueses que podem escolher o seu médico, clínica ou hospital, mas há outros portugueses que não têm recursos para pagar do seu bolso a liberdade de escolher. A esses, os mesmos vendedores das promessas estafadas de sempre respondem que o SNS tem de estar no centro. O SNS está no centro, mas esses portugueses continuam durante meses ou anos à espera à porta do SNS.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Na habitação, cada vez mais portugueses enfrentam a escassez criada por décadas de intervencionismo, burocracia, regulamentos infundáveis e carga fiscal injusta.

A habitação é um bem essencial, dizem todos. Mas os impostos sobre a habitação continuam a ser os impostos que se aplicam aos bens de luxo.

A habitação é um bem essencial, proclamam todos. Mas os portugueses continuam durante meses ou anos à espera à porta de serviços de urbanismo, que têm todo o tempo do mundo para assegurar toda a burocracia do mundo, para que lhes seja aprovada uma licença para poderem começar a construir.

Na educação, o futuro dos jovens cujas famílias não têm recursos financeiros que lhes permitam escolher a escola continua a ser ditado pelo código postal.

O código postal em Portugal pode condenar tantos a frequentar uma escola degradada, uma escola onde chove na sala de aula, uma escola onde não há professores, uma escola onde não há condições para ter aulas de educação física quando está mau tempo.

Moras do lado certo da avenida, tens futuro. Moras do lado errado da avenida, não tens elevador social.

O País continua a não ser para jovens. Mais de 20 % dos jovens portugueses estão desempregados e os que trabalham, em geral, recebem cerca de 1000 €.

Segundo os dados mais recentes do Eurostat, Portugal é o 5.º país da União Europeia onde os jovens têm mais dificuldade em sair de casa dos pais.

O índice «Pessoas que vivem com os pais ou que continuam a beneficiar do rendimento do agregado familiar» revela que, em 2024, em Portugal havia mais de 62 % de jovens entre os 18 e os 34 anos que estavam nesta situação. E, se estivermos a falar de jovens dos 16 aos 29 anos, são então perto de 80 %.

Temos ainda gerações de portugueses — os entalados —, que têm entre 36 e 67 anos de idade, que suportaram todas as crises, uma atrás da outra, e sabem que continuarão a ser esmagados pelos impostos até à reforma, que os penalizará ainda mais se nada entretanto for feito.

Há ainda 1,2 milhões de votos que não contaram para eleger Deputados nas últimas eleições. E tantos ainda que votam em segundas opções porque sabem que a sua verdadeira escolha não elege.

Cinquenta anos depois do dia das primeiras eleições livres, continuamos a aceitar como válida esta menorização do voto de tantos cidadãos portugueses. Até quando? É a pergunta que vos deixo.

Chegámos a meio século de democracia e, afinal, parte do que Abril prometia ainda está tão longe de se cumprir.

Para que Portugal possa aspirar a subir a sua qualidade de vida e a dos seus cidadãos é preciso, é urgente, é essencial reformar o Estado. Todos o sabemos. Mas só a Iniciativa Liberal tem a coragem de o afirmar, só a Iniciativa Liberal tem a convicção de fazer o caminho urgente e indispensável da modernização do Estado.

A confiança nas instituições públicas está gravemente fragilizada. A perceção de ineficácia, de falta de transparência e, por vezes, de impunidade na forma tantas vezes displicente como os cidadãos são tratados pela máquina do Estado corrói o elo fundamental entre o Estado e quem nele deve confiar.

Precisamos de um Estado melhor, que exista para servir os cidadãos e não para se servir deles.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

O Estado que vê nas pessoas que trabalham simples pagadores de impostos é um Estado sem estratégia. As pessoas não trabalham para suportar um Estado, trabalham para viver, para ter uma vida condigna e para dar o melhor às suas famílias. Precisamos, pois, de um Estado ao serviço das pessoas e das empresas.

Precisamos de um Estado que seja capaz de olhar para si próprio e livrar-se do excesso de burocracia, que seja capaz de analisar e medir as consequências das regras que cria e que impõe às pessoas e às empresas. Nunca devemos esquecer-nos de que a burocracia é a mãe de todas as formas de corrupção.

Precisamos de um Estado que cria condições para o sucesso, que promove o sucesso. O sucesso dos portugueses é bom, crescer é bom, ter pessoas que crescem pelo seu trabalho é bom, ter empresas que lucram é bom, atrair investimento estrangeiro é bom para Portugal, e nunca nos cansaremos de afirmar isso mesmo.

Aplausos da IL.

E precisamos, sim, de uma nova cultura político-partidária e não daquela que temos tido e que culminou no triste espetáculo que teve lugar aqui neste mesmo Hemiciclo e que nos levou a umas eleições que os portugueses não desejavam.

Em tudo isto, é do futuro que estamos a falar, dos nossos jovens, dos nossos filhos, dos nossos netos.

A mudança é urgente e necessária. A mudança tantas vezes adiada. A mudança que foi novamente adiada na Legislatura que agora termina pela falta de coragem para seguir o caminho das reformas e da modernização.

Precisamos de mais casas, de mais salário, de mais acesso à saúde, de mais representação, de mais maturidade política, de mais sentido de responsabilidade, de mais sentido de Estado.

Essa mudança começa em 18 de maio. É a mudança para um Portugal mais liberal, mais moderno, mais próspero e com mais oportunidades.

Temos essa enorme oportunidade em 18 de maio. Já perdemos demasiado tempo, mas ainda temos todo o futuro à nossa frente.

Desta vez, é liberal. Desta vez, vamos acelerar Portugal.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal! Viva a Liberdade!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, do Chega, faça favor.

Vozes do CH: — Finalmente a direita!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Autoridades Cívicas e Militares, Antigos Presidentes da República e da Assembleia da República, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Mais uma vez, enchamos esta Casa de cravos. Mais uma vez, aqui estamos, ao início da manhã, com cravos dispersos pela instituição e a recordar Celeste Caeiro. É um bom dia para isso, é um bom dia para isso não só pelos cravos, não só por aquilo que mostramos às pessoas, que estamos em festa, num momento em que elas não estão em festa, nem podem estar em festa, porque a sua vida não lhes permite estar em festa. É sempre importante recordar isto.

Esta mulher que foi aqui hoje recordada por todos, esta mulher que distribuiu cravos, esta mulher que pôs os cravos nas armas e na loja morreu abandonada na urgência de um hospital à espera de ser atendida em Portugal.

Aplausos do CH.

Antes de celebrarmos, devíamos ter a vergonha de pensar o País que construímos nestes últimos anos. Antes de celebrarmos o que é vazio, o que não interessa a ninguém, devíamos recordar olhos nos olhos aquela mulher e perceber que, depois de tanto cravo, depois de tanta festa, morre sozinha numa urgência que não lhe deu resposta, num País que não lhe deu resposta.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A Celeste é bem o exemplo das Celestes todas do País inteiro.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Enquanto nós aqui estamos, mais uma vez, a celebrar, a dizer «viva!» e a levantar os braços, morrem nas urgências ou têm filhos nas ambulâncias,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... morrem nas urgências ou têm filhos à porta de casa, morrem nas urgências ou chegam a um posto dos correios e veem tudo a sacar subsídios menos eles e os seus filhos.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, não! Não me venham com cravos, não me venham com cravos — venham-me com soluções para Portugal!

Aplausos do CH.

Imaginemos que um *alien* chegava agora a Portugal e que nesta tal revolução de inteligência artificial perguntava: «Chat GPT, diz-me como está Portugal?» Tentem. Vão ter uma resposta surpreendente.

Risos do CH.

Em Portugal, o poder de compra é o 15.º pior em 20 — o 15.º pior em 20! A carga fiscal atingiu, no ano passado, um valor *record* de 38 % do PIB (produto interno bruto). E tem o 9.º salário mais baixo da Europa.

Isto seria o que vos diria a inteligência artificial se agora mesmo perguntassem: «Diga-me como está a economia portuguesa.» E por isso eu pergunto: se a inteligência artificial nos diz rapidamente que estamos na pobreza, como é que a inteligência do Primeiro-Ministro ainda não percebeu isso neste País?

Risos e aplausos do CH.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Ri agora, Montenegro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cinquenta anos e cinquenta e um anos. Cinquenta e um anos de muita mudança neste País, ora boa, ora má. Mas há uma mudança que todos vimos nos últimos anos, que foi o crescente número de pessoas que acorreram a este País e que, por culpa de um Governo anterior, de uma bancada aqui displicentemente sentada, de cravo ao peito,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... deixou entrar milhares, milhões neste País, sem controlo, sem verificação, sem sabermos quem são. Hoje ali estão eles, sentados como se nada fosse com eles.

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — «Cravo ao peito, vida para a frente, Celeste sempre», dizem eles, esquecendo as verdadeiras Celestes que são as vítimas daqueles que deixaram entrar sem segurança neste País. As verdadeiras Celestes deste País!

Aplausos do CH.

E por isso permitimo-nos, nos 50 anos de Abril, ter alguém nomeado por um Primeiro-Ministro que diz que é incontornável que tivemos uma enchente de imigrantes, porém, os jovens portugueses podem ficar em casa dos pais até mais tarde e devemos dar-lhes prioridade para aceder à habitação.

Vozes do CH: — Vergonha! Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cinquenta anos de cravos,...

Vozes do CH: — Vergonha! Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... cinquenta anos de Celeste, cinquenta anos de Abril para dizermos que quem vem de fora tem direito a casa e a saúde,...

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — E os nossos não têm!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas quem cá paga impostos tem direito a nada e tem direito a pagá-los ainda mais. É este o Abril destes cravos que aqui estão!

Aplausos do CH.

É este o Abril que aqui temos. O Abril que quando morre o Odair sai à rua com os cravos vermelhos na mão a dizer: «Meu Deus, a polícia é um desastre, é uma miséria»

Vozes do CH: — Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas quando o Manuel é assassinado em Braga por gangues brasileiros, ninguém mexe uma palha neste País para o defender. Em nome do Manu, em nome do Manel, em nome de todos os Manéis desta vida, nós estamos aqui por vocês. Nós estamos aqui por vocês!

Aplausos do CH, de pé.

Cinquenta anos de Abril, cinquenta e um anos. Falam das mulheres, do voto, mas criaram, nos últimos anos, o País mais inseguro para as mulheres possível. O País onde os crimes sexuais aumentaram brutalmente e só as violações tiveram um aumento de 10 %. Quando foi preciso resolver o problema, olharam para o lado, novamente. Não fôssemos nós ser acusados de ser extremistas, ou racistas, ou xenófobos quando dizemos, na verdade, que as mulheres começaram a ser assediadas em grupos espalhados por todas as cidades do País, que as mulheres, em número, foram mais violadas do que foram noutros anos e que os crimes contra crianças aumentaram brutalmente. Quem quer saber disto, se é tão bom pôr cravos vermelhos e dizer que foi tudo bem?

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, nós não aceitamos que outros venham para aqui objetificar as nossas mulheres, dizer que elas têm de se vestir ou como é que elas não têm de se vestir, tirar-lhes os direitos tal como os senhores quiseram tirar-lhes esses direitos nos últimos anos.

Aplausos do CH.

Já na despedida, o tal *alien* ainda perguntaria assim: «Como está Portugal em termos de corrupção?» E aí, quase cairia de desgraça. Mas ficaria assim por um dado que não devemos esquecer: num Governo que prometeu combater a corrupção, caímos nove posições e estamos agora, em 2025, em 43.º lugar no índice da perceção da corrupção.

Tornámo-nos num país em que os portugueses sabem e sentem que têm uma classe política corrupta ou corrompida, capaz de vender os seus interesses de decisão do País por interesses que são de terceiros.

E era isto que Abril deveria ter resolvido. É que se é verdade, como dizia o Deputado António Filipe, que foram anos e anos de corrupção, o que dizer dos cinquenta anos que se lhes seguiram? Que uma corrupção fechada se transformou numa corrupção aberta. Que uma corrupção escondida se tornou numa corrupção aos olhos de todos!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Vergonha! Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pior ainda, em muitos casos: a corrupção sem impunidade deu numa outra, em que os condenados e os criminosos andam livremente pelo País a gozar com o dinheiro e a gozar com aquilo que fizemos.

Essa corrupção, de um lado e de outro, tem de ser acabada e tem de ser combatida. Essa corrupção devia ser a homenagem a todas as Celestes dessa vida. Essa corrupção devia ser a nossa prioridade nesta Assembleia da República.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quisemos um país que desse casa para todos, que fosse a casa de todos. Nunca tivemos foi tanta dificuldade em tê-la como hoje. E o tal país que quis ser a casa de todos esqueceu a casa dos seus próprios e a dos seus filhos. Esqueceu a dos nossos filhos que conseguiram pagá-la, para terem hoje uma casa melhor. A habitação aumentou 135,2 % e Portugal é hoje um dos piores países do mundo para aceder à habitação.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

No 4.º trimestre de 2024, os preços aumentaram 15,5 % — quem nos está a ver sabe do que estou a falar. As casas em Portugal tornaram-se um inferno. Quisemos ser o País da casa para todos, mas acabámos por ser o País da casa para ninguém ou para quem a conseguia ter, sem conseguir fazer muito por isso.

Aplausos do CH.

Quisemos dar prioridade aos que vinham de fora e não somos capazes de ajudar os que toda a vida pagaram para ter uma casa. Quisemos dar creche a todos, mas há 20 000 sem terem acesso à creche ou sem conseguirem lá ter os seus filhos. Este partido quis dar prioridade a quem trabalhava por uma vez na vida e dizer que os filhos de quem trabalha deveriam ter prioridade no acesso à creche. Mas, afinal de contas, este País estava feito para os coitadinhos habituais. Afinal de contas, este País estava feito para aqueles que, ano após ano, nada faziam e queriam ter sempre a prioridade em tudo. Nós tivemos a coragem de fazer esse corte. O corte, pela primeira vez na vida, de esquecer o País das minorias coitadinhas, o País dos coitadinhos do sistema e dar um país para quem trabalha, para quem investe, para quem trabalhou, um país para quem paga, para quem paga este País!

Aplausos do CH.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, não podia terminar sem fazer estas referências que vou fazer.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

Num país que disse aos seus emigrantes que deixariam de ter Serviço Nacional de Saúde, aos nossos emigrantes lá fora, às nossas comunidades, àqueles que tiveram de pagar tanto e saíram daqui de sonhos perdidos e coração desfeito. A esses dissemos-lhes que passavam a estar inativos no Serviço Nacional de

Saúde. E a quem chegava dávamos tudo e damos tudo de mão beijada; damos tratamentos de 4 milhões de euros e o que mais for preciso. Não damos é para quem cá toda a vida esteve.

Eu não podia terminar este discurso hoje sem recordar — porque é mesmo recordar a que me refiro — todos aqueles, para além dos que aqui estão, todos eles, de norte a sul do País, nas ilhas, os que vivem lá fora e os que já partiram, porque num dia em que são tão espezinhadados, eles merecem esta evocação: a todos os antigos combatentes da nossa pátria, a todos eles, uma sentida homenagem neste 25 de Abril.

Aplausos do CH, de pé.

Alguns vivem com 93 € e nós não nos devemos esquecer deles porque eles nem conseguiriam ter estes cravos postos na sua casa. É uma homenagem àqueles que voltaram do antigo império, a esses que aqui vieram e que chegaram sem nada. E por isso, Sr. Presidente da República, permita-me, sem nenhuma provocação, dizer-lhe novamente, neste Plenário, o seguinte: enquanto o Chega aqui estiver, nós nunca pagaremos um cêntimo de indemnização, um cêntimo a nenhuma antiga colónia deste País. Nunca pagaremos um cêntimo a nenhuma antiga colónia deste País.

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

É que se quiséssemos pagar a uma antiga colónia deste País, nós primeiro tínhamos de pagar aos milhões de retornados e aos seus familiares que vieram sem nada e tiveram de construir Portugal. Era a esses que devíamos pagar primeiro!

Aplausos do CH.

Termino com o apelo que estes cravos da Celeste me deixam sempre. A frase não é minha, é de Salgueiro Maia.

Protestos do PS, do BE e do L e contraprotestos do CH.

E Salgueiro Maia dizia: «Não percam tempo a fazer celebrações,...

Vozes do CH: — Caladinhos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Salgueiro Maia dizia: «Não percam tempo a fazer celebrações do 25 de Abril». Salgueiro Maia dizia assim, e dizia cara a cara, como eu gosto de fazer.

Meus caros, o 25 de Abril não se celebra; o 25 de Abril cumpre-se. Nós vamos cumpri-lo!

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — De seguida, vai usar da palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma saudação aos Capitães de Abril — enquanto puderem cá vir, vão ter a nossa saudação e agradecimento!

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, de pé.

E uma saudação especial, nos 100 anos do seu nascimento, ao nosso fundador, a um dos maiores políticos portugueses, a Mário Soares.

Aplausos do PS, de pé, do BE e de Deputados do PSD.

Cancelar as celebrações do 25 de Abril não é só um ato de desvalorização da data maior da nossa democracia e de desrespeito para com os portugueses. É, sobretudo, o reflexo de um Governo desligado do sentimento popular, incapaz de perceber que os portugueses, mesmo cinquenta e um anos depois de Abril, se ofendem com quem desvaloriza a data que lhes trouxe a democracia, a liberdade, a educação para todos, o Serviço Nacional de Saúde, o direito a escolher quem os representa e quem governa.

Aplausos do PS, do L e de Deputados do BE.

Hoje, o povo sai à rua enquanto o Governo fica à janela.

Aplausos do PS e do L.

Cinquenta e um anos depois, a democracia portuguesa vive um paradoxo entre uma maior exigência de transparência e um sentimento de desilusão. Por um lado, a democracia é hoje mais exigente do que alguma vez foi. Sujeita os políticos a um maior escrutínio e impõe-lhes um maior nível de transparência e de integridade ética do que em qualquer outro momento da história. Este imperativo democrático de maior transparência é incompatível com comportamentos de opacidade e de ocultação. Convive mal com condutas de dissimulação e de vitimização e, sobretudo, torna insuportável a constante chantagem e infantilização dos portugueses.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Que falta de energia! Se é assim que vais governar o País, estamos desgraçados!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Este é, sem dúvida, um indicador do avanço e da maturidade do nosso regime democrático. Enganam-se, portanto, os que acham que os portugueses não ligam ou desconsideram a seriedade e a transparência de quem os governa.

Aplausos do PS.

Por outro lado, é inegável que muitos portugueses estão desiludidos com os salários que recebem, com o custo de vida que têm de suportar e com a falta de oportunidades para os seus filhos. Gente que trabalha muito, mas que sente que não é reconhecida ou valorizada e que a sua vida não sai da cepa torta, que não atá nem desata e que precisa de trabalhar cada vez mais só para não andar para trás.

Voz do CH: — Não têm um pai rico!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Estas pessoas que têm o dinheiro contado até ao fim do mês, que não sabem se vão conseguir pagar umas férias com a família ou ajudar no futuro os seus filhos, estão descontentes com a forma como a economia os retribui pelo seu trabalho e por essa via desiludiram-se com políticos e a democracia.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Devias estar preocupado com pagar o supermercado e não com as férias!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Esta desilusão gera descrença num projeto democrático coletivo e contribui para o crescimento de um individualismo exacerbado. Para aqueles a quem faltou a sorte na vida, a condição individual produz muitas vezes desencanto, ressentimento e cólera. Para quem teve ou tem a sorte de estar entre os vencedores, o individualismo gera muitas vezes soberba, sobrançeria e indiferença ao outro.

Hoje, responder às promessas e aos desafios que Abril nos deixou é também saber como lidar com este sentimento de desilusão. Nós conhecemos bem as respostas das diferentes direitas. Por um lado, a extrema-direita não faz outra coisa que não seja explorar e ampliar a desesperança e a legítima indignação de muitos portugueses.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Tu escondes!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sem soluções sérias e credíveis para o País, dedica-se a parasitar as desilusões do povo.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Parasita és tu!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Para existir, precisa de um bode expiatório, de inventar um inimigo e de alimentar o ódio a esse inimigo. O ódio, a berraria e o desrespeito por todos não deixa espaço para soluções concretas para os problemas reais dos portugueses. Para lá do ódio, só resta o deserto das ideias.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Por outro lado, a direita conservadora e liberal invoca e usa a classe média e as suas legítimas aspirações para, no fim, acabar a governar para uma minoria: reduzir impostos aos que mais ganham; reduzir o contributo fiscal das empresas para o bem comum; financiar o negócio privado da saúde com recursos públicos; e entregar parte do sistema público de pensões aos humores do mercado. Isto é, proteger quem mais tem e quem menos precisa de ser protegido e assim reduzir a capacidade do Estado para responder às necessidades de todos.

Aplausos do PS.

Os dois projetos da direita são, repito, diferentes. Mas eles tocam-se e alimentam-se um ao outro. Tocam-se porque nenhum deles responde às preocupações e ambições da grande maioria das pessoas, e ambos acabam por privilegiar uma minoria dos portugueses, a minoria que menos precisa. Alimentam-se porque enquanto uns geram excluídos com as suas políticas, os outros vivem do ressentimento dos que ficaram excluídos do progresso.

As respostas das direitas ignoram aquilo que Abril nos ensinou. Ignoram o sentimento profundo de empatia pelo outro que nos faz humanos. Ignoram a ideia de que ninguém atinge nada sozinho e que o sucesso individual depende também do trabalho dos outros e dos recursos acumulados pelas gerações anteriores. Ignoram que somos uma comunidade de iguais nos direitos e nos deveres, onde todos dependem de todos e que se reforça em cooperação mais do que em competição. Ambas as respostas da direita retiram força ao projeto democrático coletivo que é a maior promessa de Abril: a construção de um país para todos.

Aplausos do PS.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, honrar Abril é respeitar aqueles homens e aquelas mulheres que fizeram a Revolução, bem como as gerações que construíram as instituições e modernizaram o País nas décadas seguintes. É assumir que a nossa obrigação enquanto políticos, que o nosso dever enquanto representantes do povo, que a razão de ser do nosso trabalho aqui é a de devolver ao povo esperança num projeto coletivo, democrático e de progresso. Não falo de uma esperança pueril e leviana, de uma esperança fundada em promessas vãs, movida pela demagogia e alimentada pelos truques de uma campanha permanente. Falo antes da esperança, que como dizia o Papa Francisco, é a virtude do movimento e o motor da mudança.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Agora é tudo a falar do Papa Francisco!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Da esperança que vive da tensão entre a memória e a utopia que constrói os sonhos que nos esperam. A tensão entre a memória e a utopia é a tensão entre o passado que construímos e o futuro que ambicionamos. É a tensão entre as nossas raízes e os nossos sonhos. É desta tensão que nasce

a esperança, ao mesmo tempo individual e coletiva, no futuro dos nossos e no futuro de todos, no futuro dessa comunidade que é Portugal.

Um projeto para todos é muito diferente e muito mais ambicioso do que um projeto centrado na exploração do ressentimento ou na defesa do privilégio.

Celebrar Abril é combater de frente a pobreza e a desigualdade, não é esconder os pobres.

Protestos do CH.

Celebrar Abril é celebrar quem trabalha, não é condená-los à penúria. Celebrar Abril é valorizar a sabedoria dos mais velhos, não é infantilizá-los.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Está mesmo muito murcho!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Celebrar Abril é aceitar a diferença, não é estigmatizá-la. Celebrar Abril é acolher bem quem vem de longe trabalhar connosco, não é odiá-los. Celebrar Abril é ensinar os nossos filhos rapazes a respeitar as colegas como iguais.

Aplausos do PS, do BE e do L.

Celebrar Abril é combater a violência doméstica, não é ignorá-la ou relativizá-la.

Aplausos do PS e do L.

Celebrar Abril é celebrar o Papa Francisco, a sua memória, a sua vida e a sua mensagem.

Aplausos do PS.

Viva a liberdade, viva a igualdade, viva o 25 de Abril, viva Portugal!

Aplausos do PS, de pé, do PCP e do L.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Tão fraquinho!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Teresa Morais, do PSD.

A Sr.^a **Teresa Morais** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Sr.^a Dr.^a Manuela Eanes, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sr. ex-Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, na sua pessoa cumprimento todas e todos os Deputados Constituintes, Sr.^{as} e Srs. Conselheiros de Estado, Sr. Presidente da Associação 25 de Abril, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Convidados: É com particular emoção que vos falo nesta sessão solene comemorativa da Revolução de Abril. Quando é dada esta oportunidade a alguém menos jovem, as memórias ocupam necessariamente a nossa mente e rodopiam, na esperança de serem escolhidas, lembradas, expressas por palavras.

O que recordar de tantas memórias num dia como este? O momento em que, alguns anos antes da Revolução, se viu partir um irmão, no velho *Niassa*, para uma guerra a que não se furtou, mas que nunca aceitou? O momento em que o vimos regressar, a festa se estendeu pela noite dentro e a nossa mãe finalmente descansou? O momento em que o mais novo dos rapazes da família, a cumprir o serviço militar, chegou a casa com uma barba de três dias, um sorriso cansado e os mimos que o povo lhe deu no dia da Revolução? Ou, finalmente, o dia em que tivemos esperança de que não houvesse mais partidas, o dia em que enfim percebemos que não sofreríamos mais por cada jangada afundada, por cada mês sem notícias?

A primeira e mais imediata interpretação de Abril para uma adolescente com irmãos mais velhos era simples: a guerra acabou.

Os dias e os anos acrescentaram factos e matéria para outras interpretações e para a compreensão das muitas outras dimensões de Abril. O valor da nossa liberdade individual e coletiva, o afastamento dos extremismos que se atravessaram no seu caminho, a construção de uma democracia assente em valores fundamentais de um Estado de direito democrático, baseado no pluralismo de expressão, no respeito dos direitos, liberdades e garantias, na concretização dos direitos económicos e sociais, são obra de que temos razão para nos orgulhar.

Aplausos do PSD.

A nossa Constituição democrática, resultado feliz da Assembleia Constituinte, eleita precisamente há 50 anos, deu passos fundamentais que foram sendo aprofundados nas suas sucessivas revisões, proibindo todas as discriminações, declarando a igualdade de direitos entre mulheres e homens quanto à capacidade civil e política, assegurando a igualdade de oportunidades no trabalho e na remoção das limitações do acesso das mulheres a diversas categorias profissionais.

A partir de 1976 construímos pedra a pedra a nossa democracia, hoje consolidada. Consolidada, sem dúvida, mas ainda imperfeita. E se há matéria em que a sua imperfeição se manifesta, é nas desigualdades várias que resistem na sociedade portuguesa e, em particular, a que ainda mantém as mulheres em níveis inferiores de participação política e decisão económica e de maior vulnerabilidade à violência doméstica, cuja erradicação deve ser considerada uma prioridade absoluta, que de resto o Governo já assumiu.

Aplausos do PSD, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN, e de Deputados do PS.

Este é um objetivo civilizacional, sem o qual nenhuma democracia se pode considerar completa. A democracia que temos, inacabada como é, deve, por isso, conseguir superar-se, chegar a patamares de igualdade, de solidariedade, de erradicação da pobreza ainda não alcançados. Deve progredir no respeito pelos direitos das crianças, na proteção dos mais velhos, na integração plena das pessoas com deficiência. Tem, imperativamente, de conseguir fazê-lo, com a contribuição de todos os poderes do Estado e também da comunidade, unida em desígnios fundamentais. Temos de conseguir fazer melhor e vamos fazer melhor.

A nossa história, a nossa cultura, a nossa língua, a democracia que conseguimos construir impelem-nos a ir mais longe, desafiam-nos a elevarmo-nos, a sublimar as nossas energias, a dar o melhor de nós em defesa do bem comum.

Com todas as limitações, a democracia é em si mesma um bem, que, como tal, deve ser cuidado e defendido de riscos tradicionais e de novos perigos que podem minar o regime democrático.

Está à nossa frente um mundo ficcionado e enganoso que relativiza o que é essencial e cria uma realidade alternativa. As redes sociais, com o potencial que têm de comunicação, estão a tornar-se um risco para as democracias, pelo veículo de manipulação do pensamento e da vontade em que estão a transformar-se.

Uma democracia madura, salvaguardando em absoluto a liberdade de expressão, não deve permitir que se divulguem e partilhem impunemente crimes que lesam direitos fundamentais, como a integridade física, a autodeterminação sexual ou mesmo a vida,...

Aplausos do PSD, do PS, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN.

... sobrecarregando insuportavelmente a vítima com uma nova forma de agressão.

Estamos moralmente obrigados a encontrar soluções para os novos desafios que se colocam ao Estado de direito democrático.

Neste dia em que celebramos Abril, retorno por breves instantes às minhas memórias, para homenagear as mães, as mulheres, as irmãs que, como eu, viram partir os seus rapazes na incerteza do regresso.

Permitam-me, ainda, que saúde particularmente os militares de Abril, os que estão hoje connosco e os que já partiram.

E, finalmente, deixo um apelo às jovens e aos jovens do nosso País, em quem depositamos toda a nossa esperança, para que se envolvam civicamente, para que vivam os desafios do mundo real, que tanto precisa da vossa energia, do vosso entusiasmo, da vossa capacidade de cultivar a paz — como tanto pediu o Papa Francisco, de quem o mundo tristemente se está a despedir —, para que façam prevalecer a solidariedade sobre a indiferença e a entreajuda sobre a exclusão e para que cuidem sempre da democracia.

Viva a liberdade! Viva Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP (de pé) e do PS, do BE, do L, do PAN e de Deputados da IL e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Sr. Presidente João Bosco Mota Amaral, Sr.^{as} e Srs. Embaixadores, Sr.^{as} e Srs. Deputados da Assembleia Constituinte aqui presentes, Sr. Presidente da Associação 25 de Abril, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidadãos: Celebramos o 25 de Abril, celebramos as primeiras eleições livres, celebramos cada um dos Deputados que há 50 anos foram eleitos para a Assembleia Constituinte. Foram eleitos com uma missão: dar uma Constituição ao País. E cumpriram.

Mas celebramos também cada um dos 5 711 829 portugueses que naquele dia, há 50 anos, foram votar. Foram votar sem nunca antes terem vivido em democracia, sem saberem o que esperar da democracia, sem sondagens ou ideia da real implantação dos diferentes partidos políticos, sem garantias de que o resultado seria aceite por todos, sem certezas de que estariam seguros no exercício do voto. E, mesmo assim, foram votar. Por um misto de idealismo e sentido de responsabilidade, foram votar. Podemos e devemos celebrar o seu gesto, mas devemos, sobretudo, estar à altura dele.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nos últimos anos, habituámo-nos a ouvir que os portugueses não confiam nos políticos. Tenho para mim que esta falta de confiança não se deve apenas aos casos mais mediáticos, não se deve à desinformação ou ao populismo. Demasiadas vezes confundimos as causas com as consequências e passamos mais tempo a discutir as consequências do que as causas.

A abstenção não é uma causa, é uma consequência. A desinformação não é uma causa, é uma consequência. O populismo não é uma causa, é uma consequência. A causa — a raiz do problema — é tantas vezes a incapacidade de apresentar resultados, a incapacidade de falar de futuro, de construir o futuro e de estar à altura de quem nos elegeu.

O que digo é válido para Portugal, mas também para a Europa. Esta nossa Europa onde fazemos tantas cimeiras, mas temos cada vez mais dificuldade em chegar a decisões concretas; onde produzimos relatórios em abundância, mas falhamos na hora de resolver os problemas; onde comentamos a realidade, analisamos, indignamo-nos, mas tropeçamos tantas vezes na indecisão.

Estamos chocados com o que se passa nas universidades americanas? Devíamos aproveitar e captar novos talentos, trazer os melhores cérebros para a Europa.

Estamos assustados com as tarifas americanas? Devíamos estar a abrir novos mercados para a Europa, concluir os acordos comerciais pendentes e preparar outros.

Estamos indignados com o comportamento de alguns países europeus quanto à guerra na Ucrânia? Devíamos estar a discutir um novo tratado para a Europa, a dita reforma das instituições europeias que vai sendo adiada década após década.

Preocupa-nos o isolamento da Europa? Devíamos trabalhar para o alargamento da União. O último alargamento foi há 10 anos e há muitos países que esperam decisões da nossa parte.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os políticos não podem ser meros comentadores e analistas da realidade como se não tivessem os instrumentos, o poder e o mandato para alterar o estado das coisas. Os políticos não são espectadores da realidade, são construtores da realidade. É assim que os cidadãos nos olham, é para isso que nos elegem e é isso que esperam e exigem de nós.

Exigem-nos que tenhamos uma visão para o País, uma ideia aspiracional para o futuro e, no entanto, tantas vezes não conseguimos cumprir essa missão — quando preferimos o adjetivo ao verbo; quando prometemos e não fazemos; quando abdicamos voluntariamente dos princípios e dos direitos pelos quais todos lutamos, princípios como a presunção de inocência ou a liberdade de expressão; quando promovemos a desconfiança no sistema e os seus fundamentos; quando optamos por subir o tom da discussão para simular discordâncias

que não são assim tão profundas; quando desistimos de olhar para o que temos em comum e preferimos focar-nos naquilo que nos divide. Por outras palavras, quando abdicamos de consensos, os famosos consensos.

Podemos discordar quanto à política da imigração, mas todos concordamos que é preciso integrar quem chega.

Podemos discordar sobre o papel do Ministério Público, mas todos concordamos que a justiça precisa de uma reforma.

Podemos discordar sobre o papel do Estado na sociedade, mas todos concordamos que a carga fiscal é excessiva e que a Administração precisa de modernização e eficiência.

Podemos discordar sobre a disciplina de Cidadania, sobre os contratos de associação, mas todos concordamos que a escola pública precisa de atrair mais e melhores professores.

Podemos discordar uns dos outros, das políticas de uns e dos outros, das ideias de uns e dos outros, o que, aliás, é a essência mais preciosa do ser democrata, mas todos concordamos que é preciso ter estabilidade política e que o povo a deseja.

Estamos muito mais de acordo do que gostamos de pensar, e somos os únicos responsáveis por transformar esse acordo em ação, em futuro, de confiança, de novo.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há 50 anos, 5 700 000 portugueses deram um voto de confiança à democracia. Uma afluência de 92 %. Um entusiasmo que fazia vibrar as ruas. Eu lembro-me, eu estava lá.

Alguns diziam que os portugueses não estavam prontos para a democracia, que não a desejavam, que ela não ia bem com o carácter português, mas a realidade venceu esses prognósticos.

De norte a sul do País, estabeleceram-se milhares de secções de voto, com o esforço da Comissão Nacional de Eleições, de autarcas, de representantes dos partidos políticos e, claro está, de muitos, muitos cidadãos, pessoas anónimas que nada pediram em troca, nem uma senha de presença, nem um gesto de reconhecimento público. Não foram agraciados, não foram condecorados. Eles também não sabiam se os resultados seriam aceites, também não sabiam se estariam seguros, se seriam perseguidos. E, por um apurado sentido de dever cívico, não faltaram à chamada.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, tomei a liberdade de convidar a Sr.^a Dr.^a Maria Emília Brederode Santos para estar presente na sessão solene. No dia 25 de Abril de 1975, a Maria Emília foi delegada numa mesa de voto da freguesia de Campo de Ourique. E convidei também outros voluntários, como José Pedro Castanheira e Lúcia Leitão, que naquele dia estavam de serviço nas mesas de voto. Estão aqui hoje nas galerias.

Aplausos gerais, de pé.

É por isso que hoje também celebramos a Maria Emília, o José Pedro, a Lúcia e o sentido de responsabilidade de tantos milhares de portugueses que, como eles, não faltaram ao País.

Cinquenta anos depois, damos por adquirido que a democracia funciona. Mas se a democracia funciona é porque alguém, no anonimato mais nobre e com o sentimento mais genuíno de exigência de intervenção cívica, a fez e a faz funcionar num momento maior da livre expressão da vontade do povo português.

A todos eles, o nosso obrigado.

Aplausos do PSD, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nos 51 anos da Revolução dos Cravos, não posso deixar de citar um outro revolucionário, o Papa Francisco. Pedia-nos o Papa em Lisboa: «Abracemos o risco de pensar que não estamos numa agonia, mas num parto; não no fim, mas no início de um grande espetáculo. Não sejais administradores de medos, mas empreendedores de sonhos.»

O que se nos pede, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não é nada menos do que isto. Que saibamos renunciar ao medo como tática, à divisão como estratégia, ao fatalismo como desígnio, e que tenhamos a ousadia de construir o futuro juntos. Só assim estaremos à altura dos cidadãos que nos elegem, se tivermos tanta fé na democracia quanto eles, todos os dias, demonstram ter.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Vai usar da palavra o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente António Ramalho Eanes — um bem-haja por mais uma presença nesta sessão, que só foi possível largamente devido ao seu contributo a Portugal —,...

Aplausos do PS, do PSD, do CH, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN.

... Sr. Presidente João Bosco Mota Amaral, Srs. Capitães de Abril — há 51 anos, sem vós, não estávamos aqui hoje, bem-haja! —,...

Aplausos do PS, do PSD, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

... Srs. Deputados à Assembleia Constituinte — sem vós, também aqui não estaríamos, no dia de hoje, a celebrar as eleições e a Constituição de Portugal —,...

Aplausos do PS, do PSD, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

... Sr.^{as} e Srs. Deputados, Autoridades Militares, Religiosas, Ilustres Convidados, Portugueses: Nesta sessão solene, unem-se quatro dimensões, dela fazendo um momento singular na nossa história democrática.

A celebração do 25 de Abril na Casa da democracia, numa tradição iniciada em 1977, em que me honro participar, pela 10.^a e última vez, como Presidente da República Portuguesa.

A homenagem aos Constituintes de 1975, recordando a sua histórica eleição, mas também o seu trabalho e a sua coragem, motivo de orgulho e saudade para nós que vivemos o primeiro voto universal em mais de oito séculos e meio de nacionalidade, e depois o trabalho de cerca de um ano insano neste Hemiciclo.

A simbólica primeira sessão evocativa do 25 de Abril, efetuada com a Assembleia dissolvida, sinal de continuidade e estabilidade democrática em Portugal.

A coincidência, também por uma primeira vez, de tal sessão solene com o luto nacional por ocasião da morte de Francisco, chefe de Estado, sucessor de quem primeiro reconheceu a independência de Portugal e supremo líder de uma Igreja com o maior número de fiéis da nossa Pátria. Coincidência que, aliás, explica o voto de pesar unânime hoje adotado nesta Câmara, bem como as múltiplas referências efetuadas por sucessivos oradores.

Também eu não fugirei a este último contexto excecional. Falarei, pois, de Francisco e do que a sua vida e obra podem ter a ver com o que significou e pode significar o 25 de Abril.

O 25 de Abril, passo decisivo dos jovens capitães, nasceu num ambiente mundial muito tenso: Guerra Fria, mas dura, entre Estados Unidos da América e União Soviética, corrida aos armamentos, crise económica causada pelo primeiro choque petrolífero, conflitos dispersos, um dos quais crónico no Médio Oriente, crescimento das desigualdades entre continentes e povos, miséria em muito do então conhecido por «terceiro mundo».

Como não encontrar, nos recentes apelos de Francisco, durante 12 anos e até há 5 dias, alguns dos mesmos dramas, ou outros iguais ou maiores, tornando ainda mais urgentes a paz, a justiça, a luta contra a pobreza, a dependência, a prepotência de poderes políticos, económicos e sociais, as desigualdades agravadas, as crises sucessivas e cumulativas?

O 25 de Abril nasceu também num ambiente nacional de negação das liberdades, de proibição do pluralismo, de ausências básicas de saúde para mães, recém-nascidos e crianças, de taxas dramáticas de mortalidade infantil, de curta e insuficiente escolaridade obrigatória, de incipiente segurança social para trabalhadores rurais, para trabalhadores domésticos, para alguns setores da indústria e serviços e, ao mesmo tempo, de um milhão de emigrantes forçados, de guerras sem horizontes de paz.

Como não deparar, nas palavras de Francisco, com a defesa desses valores estropiados há 50 anos, mas, nestes dias, ainda atingidos, num plano muito diverso, mas atingidos em tantas e tantos nacionais ou estrangeiros, emigrantes e imigrantes, flagelados por antigas, novas e novíssimas pobreza, sem abrigo, com

abrigo mas sem casa, com direitos e liberdades formalmente reconhecidos numa Constituição, mas suprimidos no mesmo dia da entrada em vigor da Constituição, isto é, sem garantias substanciais há 50 anos?

E hoje deparando com novos desafios que importa enfrentar. No mundo, desafios pungentes e idênticos ou acrescidos. No nosso pequeno grande mundo, reptos diversos, muitos deles similares, outros não menos exigentes. Uns e outros estão certamente apontados por Francisco — uma vez, dez vezes, centenas de vezes — e que, à sua maneira, haviam despertado anseios prementes de mudança, como foram, entre nós, os anseios de Abril.

Só que não basta o espírito. É preciso vivê-lo, dia após dia, ano após ano, década após década, dando-lhe viço para não estiolar.

Atentemos nisto. O que fez de Francisco um quase parente muito próximo de muitos de nós, por todo o mundo — como que um avô, pai, irmão mais velho, amigo indefetível, camarada de percurso —, ultrapassando a mera invocação de valores ou princípios para os encarnar, foi o ter conhecido as ruas da humanidade, percorridas com os seus sapatos cambados, em Buenos Aires, como em África, na Ásia-Pacífico, nas Américas, na Europa, e, mais do que isso, o ter feito um esforço para conhecer e ler por dentro o sofrimento material e espiritual, escondido por detrás de cada rosto, cada sonho, cada desespero, e lidar com cada uma e cada um como se fosse a mais importante ou o mais importante, a única ou o único, destinatários da sua palavra, do seu gesto, do seu desvelo, da sua disponibilidade. Sem recusas, sem ódios, sem limites, sem intolerâncias, sem fronteiras entre os puros e os impuros, os bons e os maus, na inspiração bíblica que diz: «Na casa do meu pai, há muitas moradas.»

Tal concorda-se ou discorda-se. Para os que concordam, chame-se a isto amor, compaixão, bondade, partilha, camaradagem, fraternidade ou esperança, aceitação da diferença, entrega, despojamento. Chame-se como se quiser. Este modo de desapego pessoal e devoção total faz lembrar a «madrugada que eu esperava», «o dia inicial inteiro e limpo», de que falava Sophia de Mello Breyner ao descrever Abril.

Mas vale a pena insistir na questão. O que é que têm a ver os factos, os problemas e o modo de Francisco com eles lidar, ou seja, o espírito e o espírito vivido, com o 25 de Abril, o de 1974, o de cada ano dos 51 já volvidos, o de hoje, o de cada ano ainda por viver?

Tudo, tudo. Dignidade humana, paz, justiça, liberdade, igualdade, solidariedade, fraternidade, abertura, inclusão, serviço dos outros, preferência pelos ignorados, omitidos e silenciados. E, sobre essa confluência de imperativos humanos, humildade. A humildade de reconhecer o erro, de reconhecer a imperfeição, de reconhecer a necessidade do recomeço. No mundo, tal como no nosso mundo. Sem senhores absolutos, monopolistas da verdade, donos da vida dos demais. Pelo contrário, humildes, servindo os outros, do começo ao fim da vida.

Francisco no-lo recordou e recorda. Amanhã vai a enterrar, sem nome se não o seu, Francisco — nem Papa, nem Cardeal, nem Bispo, nem Bispo de Roma, só Francisco —, num recanto de um templo, por detrás de uma discreta porta, que bem pode considerar-se que substitui o que porventura ele desejaria como uma campa rasa ou um gavetão na terra no cemitério da sua terra natal. A recordar-nos que o infinitamente maior é infinitamente o mais pequeno de todos, e de que assim terminaremos todos, terminarão os que dominavam ou pensavam dominar o mundo: em pó ou cinza.

Um sinal convidativo da pobreza material e espiritual, a não esquecer nunca. Para que as evocações como a de hoje, a do 25 de Abril, sejam mais doação do que proclamação, mais encarnação de serviço do que afirmação de missão já cumprida, mais futuro do que passado.

Para que se não confunda o fundamental com o acessório, o duradouro com o efémero. O duradouro é o espírito que deve ser exigente, renovador, desbravador de novos caminhos, de novas metas, com a sua vivência mobilizadora.

O efémero é a autocontemplação de cada momento, o autocomprazimento de cada aparente sucesso, a autoflagelação de cada infortúnio.

Estas sessões existem para que o duradouro seja mesmo duradouro e o efémero seja mesmo efémero.

25 de Abril sempre? Sim, sobretudo se com a incessante busca dos valores, o pleno e descomplexado abraço a todas as pessoas e a atenção a todas as coisas, e a radical humildade que viveu e nos ensinou a viver Francisco. Que para sempre viva esse espírito.

Viva a liberdade! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP (de pé), do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a nossa Sessão Solene Comemorativa do LI Aniversário do 25 de Abril de 1974 e do L Aniversário da eleição da Assembleia Constituinte, pelo que vamos ouvir o hino nacional.

Eram 12 horas.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.